

STJ00098250

Saul Tourinho Leal

Controle de Constitucionalidade Moderno

Atualizado até 02/01/2014

3ª edição,
revista e atualizada



Niterói, RJ
2014



© 2014, Editora Impetus Ltda.

Editora Impetus Ltda.

Rua Alexandre Moura, 51 – Gragoatá – Niterói – RJ

CEP: 24210-200 – Telefax: (21) 2621-7007

Projeto Gráfico: Editora Impetus Ltda.

Editoração Eletrônica: SBNigri Artes & Textos Ltda.

Capa: Ronan Pereira

Revisão de Português: C&C Criações e Textos Ltda.

Impressão e encadernação: Editora e Gráfica Vozes Ltda.

L435c

Leal, Saul Tourinho.

Controle de constitucionalidade moderno. / Saul Tourinho Leal. –
3. ed. Niterói: Impetus, 2014.

592 p.; 16cm x 23cm

ISBN: 978-85-7626-762-1

1. Controle de constitucionalidade. I. Título.

CDD 342.81

O autor é seu professor; respeite-o: não faça cópia ilegal.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime (art. 184 do Código Penal). Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20/12/1907.

A **Editora Impetus** informa que quaisquer vícios do produto concernentes aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas, às referências, à originalidade e à atualização da obra são de total responsabilidade do autor/atualizador.

www.impetus.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1 – O Constitucionalismo	1
1.1. Constitucionalismo e constituições escritas	1
1.2. Acepções quanto ao constitucionalismo	1
1.3. Histórico.....	2
1.3.1. Antiguidade	2
1.3.1.1. Os Hebreus	2
1.3.1.2. Grécia	3
1.3.1.3. Roma	3
1.3.2. Idade Média – A Carta Magna de 1215	3
1.3.3. Idade Moderna	4
1.4. A Independência dos Estados Unidos	5
1.4.1. O ambiente.....	9
1.4.2. A personalidade de Thomas Jefferson	9
1.4.3. A Declaração de Independência	10
1.4.4. Os Federalistas	12
1.4.4.1. Bill of Rights.....	14
1.4.5. O legado	15
1.5. A Revolução Francesa.....	16
1.5.1. O ambiente.....	18
1.5.2. A aproximação com a revolução norte-americana	19
1.5.3. A teologia do Direito Constitucional.....	20
1.5.4. O projeto constitucional de felicidade	21
1.5.5. O Constitucionalismo da felicidade acabou?	26
1.6. A Independência do Brasil	28
1.6.1. Como as revoluções norte-americana e francesa influenciaram a Independência do Brasil.....	28

1.6.2.	A doutrina utilitarista divulgada no Brasil Colônia.....	33
1.6.3.	O projeto constitucional de felicidade	34
1.7.	O constitucionalismo contemporâneo.....	39
1.8.	Direitos fundamentais	40
1.9.	Proteção das minorias e a felicidade coletiva	46
1.10.	Estados constitucionais.....	48
Capítulo 2 – A Constituição.....		53
2.1.	As Constituições	53
2.2.	Visões sobre a Constituição	55
2.2.1.	Visão sociológica	55
2.2.2.	Visão jurídica	56
2.2.3.	Visão política.....	56
2.2.4.	Visão positivista.....	56
2.2.5.	Visão marxista.....	57
2.2.6.	Visão institucionalista.....	57
2.2.7.	Visão suave	57
2.2.8.	Visão plástica	57
2.2.9.	A Constituição como estatuto do poder	57
2.2.10.	Constituição como ordem material e aberta da comunidade.....	58
2.2.11.	Visão dirigente	59
2.2.12.	Visão sistêmica.....	59
2.2.13.	Constituição como processo público.....	59
2.2.14.	Visão simbólica	60
2.3.	O princípio da supremacia constitucional.....	60
2.4.	O princípio da rigidez constitucional	61
2.5.	A possibilidade de controle de constitucionalidade	63
2.6.	O protagonismo do Supremo Tribunal Federal.....	64
2.7.	O uso indevido do discurso constitucional	65
Capítulo 3 – Presunção de Constitucionalidade das Leis		67
3.1.	Democracia direta e democracia indireta	67
3.2.	Presunção de constitucionalidade das leis	69
3.3.	O caráter excepcional da declaração de inconstitucionalidade das leis.....	70

Capítulo 4 – Bloco de Constitucionalidade.....	71
4.1. Conceito de parâmetro de controle e de bloco de constitucionalidade.....	71
4.2. A Constituição como algo além do seu texto.....	72
4.3. Os princípios constitucionais implícitos.....	73
4.4. A Questão do preâmbulo da Constituição.....	73
Capítulo 5 – Espécies de Inconstitucionalidade.....	77
5.1. Inconstitucionalidade por ação e por omissão.....	77
5.1.1. Inconstitucionalidade por ação.....	77
5.1.2. Inconstitucionalidade por omissão.....	77
5.1.2.1. Omissão inconstitucional total e parcial.....	78
5.1.3. Ações constitucionais voltadas a combater a omissão inconstitucional.....	79
5.2. Inconstitucionalidade material e formal.....	79
5.2.1. Diferenças.....	79
5.2.2. Inconstitucionalidade material.....	80
5.2.2.1. Inconstitucionalidade por desvio de poder ou excesso de Poder Legislativo.....	81
5.2.3. Inconstitucionalidade formal.....	82
5.2.3.1. Inconstitucionalidade formal orgânica.....	82
5.2.3.2. Inconstitucionalidade formal subjetiva.....	82
5.2.3.2.1. Sanção posterior e vício de iniciativa.....	83
5.2.3.3. Inconstitucionalidade formal objetiva.....	83
5.2.3.4. Medida provisória aprovada sem emendas não se submete a veto presidencial.....	83
5.2.3.5. O STF não ingressa no exame de constitucionalidade dos chamados atos <i>interna corporis</i>	84
5.2.4. Cumulatividade de inconstitucionalidade material e formal.....	85
5.2.5. Conclusão.....	85
5.3. Inconstitucionalidade total e parcial.....	86
5.3.1. Inconstitucionalidade total.....	86
5.3.2. Inconstitucionalidade parcial.....	86
5.3.2.1. Princípio da parcelaridade.....	87
5.3.3. Manutenção da norma inconstitucional em razão do agravamento da situação caso haja pronúncia de nulidade.....	87
5.3.4. Inconstitucionalidade em virtude de dependência unilateral.....	88
5.3.5. Conclusão.....	89

5.4.	Declaração parcial de nulidade sem redução de texto e interpretação conforme à Constituição	89
5.4.1.	A Lei nº 9.868/1999 – Os efeitos vinculantes da interpretação conforme e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.....	92
5.5.	Decisões Manipulativas – O STF e a experiência da Corte Constitucional italiana.....	93
5.5.1.	Sentença de revisão constitucional.....	94
5.5.2.	Sentenças manipulativas aditivas.....	95
5.5.3.	Sentenças manipulativas aditivas de princípio.....	96
5.5.4.	Sentenças manipulativas substitutivas.....	98
5.5.5.	Críticas.....	99
5.5.6.	Inconstitucionalidade derivada/consequente/por arrastamento.....	101
5.6.	Inconstitucionalidade por vício na motivação do ato normativo – As consequências do caso Mensalão.....	102
5.7.	Inconstitucionalidade Direta e Indireta	107
5.7.1.	Inconstitucionalidade indireta.....	107
5.7.2.	Inconstitucionalidade direta.....	109
5.7.2.1.	Os decretos autônomos do Presidente da República... ..	109
5.7.3.	Inconstitucionalidade originária e superveniente	109
5.7.3.1.	Diferenças básicas.....	109
5.7.4.	Questões polêmicas sobre inconstitucionalidade superveniente	111
5.7.5.	Impossibilidade de constitucionalidade superveniente no Brasil..	111
5.8.	Inconstitucionalidade progressiva.....	112
5.9.	Inconstitucionalidade chapada e Inconstitucionalidade enlouquecida	112
Capítulo 6 – Espécies de Controle de Constitucionalidade		113
6.1.	Quanto ao Órgão Fiscalizador.....	113
6.1.1.	Quem deve ser o guardião da Constituição?	113
6.1.1.1.	Controle político	113
6.1.1.2.	Controle jurisdicional	114
6.1.1.3.	Controle misto	115
6.1.1.4.	O modelo brasileiro	116
6.2.	Momentos de controle.....	117
6.2.1.	Controle preventivo	117
6.2.1.1.	Controle preventivo pelo Poder Executivo	117
6.2.1.2.	Controle preventivo pelo Poder Legislativo.....	118

6.2.1.3.	Controle preventivo pelo Poder Judiciário	119
6.2.1.3.1.	Possibilidade de controle preventivo (via de exceção) pelo Poder Judiciário sobre proposta de emenda constitucional tendente a abolir cláusulas pétreas.....	119
6.2.1.3.2.	Impossibilidade de controle preventivo pelo Poder Judiciário sobre atos <i>interna corporis</i>	120
6.2.1.3.3.	Impossibilidade de controle preventivo pelo Poder Judiciário sobre a regular tramitação de propostas legislativas	120
6.2.2.	Controle repressivo.....	120
6.2.2.1.	Controle repressivo pelo Poder Judiciário – controle concentrado	120
6.2.2.2.	Controle repressivo pelo Poder Judiciário – controle difuso	121
6.2.2.3.	Controle repressivo pelo Poder Legislativo	121
6.2.2.4.	Recusa, pelo chefe do Poder Executivo, à aplicação da lei por reputá-la inconstitucional.....	122
6.2.3.	Vedação à penalização do particular que seguir a Lei	124
6.3.	O controle de constitucionalidade e o Tribunal de Contas	126

**Capítulo 7 – A Declaração de Inconstitucionalidade de Relações Privadas –
Horizontalização dos Direitos Fundamentais..... 129**

Capítulo 8 – Mutação Constitucional..... 135

8.1.	Introdução.....	135
8.2.	O mito da vontade do CONSTITUINTE.....	136
8.3.	Mutação constitucional – Doutrina estrangeira	136
8.4.	Mutação constitucional – Doutrina nacional	138
8.5.	Mutação constitucional – Supremo Tribunal Federal	138

**Capítulo 9 – Nota Histórica sobre o Controle de Constitucionalidade
Brasileiro..... 141**

9.1.	A Constituição de 1824.....	141
9.1.1.	O Parlamento e o Poder Moderador	141
9.1.2.	Conclusão	141

9.2.	A Constituição de 1891.....	141
9.2.1.	Introdução.....	141
9.2.2.	O controle difuso de constitucionalidade.....	142
9.2.3.	Ausência de instrumento semelhante ao <i>stare decisis</i> – O anúncio de um grave problema	142
9.3.	A Constituição de 1934.....	143
9.3.1.	Introdução.....	143
9.3.2.	A cláusula de reserva de plenário.....	143
9.3.3.	O Senado Federal e a suspensão da eficácia da lei declarada inconstitucional em controle difuso de constitucionalidade.....	144
9.3.4.	A representação interventiva	144
9.3.5.	Vedação à apreciação das questões políticas.....	145
9.4.	A Constituição de 1937.....	145
9.4.1.	Introdução.....	145
9.4.2.	A manutenção da cláusula de reserva de plenário	145
9.4.3.	O enfraquecimento do papel do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição	146
9.4.4.	O nebuloso contexto político	146
9.4.5.	Vedação à apreciação das questões políticas.....	146
9.4.6.	Extinção da representação interventiva e do papel do Senado Federal no controle de constitucionalidade difuso	147
9.4.7.	Esvaziamento do mandado de segurança	147
9.4.8.	Conclusões	147
9.5.	A Constituição de 1946.....	147
9.5.1.	Introdução.....	147
9.5.2.	A retomada das competências do Supremo Tribunal Federal.....	147
9.5.3.	O retorno do papel do Senado Federal no controle difuso de constitucionalidade	148
9.5.4.	O retorno da representação interventiva	148
9.6.	Emenda nº 16, de 1965.....	150
9.6.1.	O batismo do controle concentrado de constitucionalidade.....	150
9.6.2.	O batismo do controle concentrado de constitucionalidade estadual.....	150
9.7.	A Constituição de 1967/1969	151
9.8.	A Constituição de 1988.....	151
9.8.1.	Democracia constitucional	151
9.8.2.	A ampliação do rol de legitimados a propor ADI	151
9.8.3.	A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)....	152

9.8.4.	A ação declaratória de constitucionalidade (ADC).....	152
9.8.5.	O controle concentrado de constitucionalidade estadual.....	152
9.8.6.	A Emenda nº 45 e as súmulas vinculantes.....	152
9.8.7.	ADI interventiva (ou representação interventiva)	153
9.8.8.	A ação direta de inconstitucionalidade por omissão e o mandado de injunção.....	153
9.8.9.	Cautelar em controle concentrado de constitucionalidade.....	153
Capítulo 10 – O Judicial Review		155
10.1.	Jurisdição constitucional norte-americana: origem e desenvolvimento	155
10.1.1.	Os Federalistas.....	155
10.1.2.	A percepção do judiciário norte-americano por Alexis de Tocqueville.....	159
10.1.3.	Antecedentes do caso <i>Marbury v. Madson</i>	161
10.1.4.	O caso <i>Marbury v. Madson</i>	162
10.1.5.	Desenvolvimento do <i>Judicial Review</i>	164
10.1.6.	A influência do <i>Judicial Review</i> na jurisdição constitucional brasileira.....	165
Capítulo 11 – Os Quóruns do STF		167
Capítulo 12 – Controle Difuso		177
12.1.	Explicações introdutórias.....	177
12.2.	Questões processuais do controle difuso de constitucionalidade.....	179
12.3.	Atos passíveis de sofrer controle difuso de constitucionalidade	180
12.3.1.	Direito pré-constitucional.....	180
12.3.2.	Lei ou ato normativo municipal.....	180
12.3.3.	Leis ou atos normativos distritais	181
12.3.4.	Espécies normativas	182
12.3.5.	Propostas de emenda à Constituição tendentes a abolir cláusulas pétreas.....	182
12.3.6.	Projetos de Lei.....	183
12.3.7.	Leis ou atos normativos de efeitos concretos.....	183
12.3.8.	Tratados internacionais	184
12.3.9.	Atos normativos estrangeiros à luz do ordenamento estrangeiro.....	186
12.3.10.	Atos privados	186
12.3.11.	Políticas Públicas	187
12.4.	Atos insuscetíveis de controle difuso de constitucionalidade	187
12.4.1.	Normas originárias	187

12.4.2.	Atos <i>interna corporis</i>	188
12.4.3.	Outros	188
12.4.4.	Vetos Presidenciais.....	188
12.5.	Legitimados a promover o exercício do controle difuso de constitucionalidade.....	189
12.6.	Cláusula de reserva do plenário	190
12.6.1.	Previsão constitucional.....	190
12.6.2.	Quórum, plenário e órgão especial	190
12.6.3.	Súmula vinculante nº 10	192
12.6.4.	Exceção à cláusula de reserva de plenário.....	193
12.7.	Rito e participação de <i>amicus curiae</i> no controle difuso nos tribunais.....	195
12.8.	O Controle difuso e a ação civil pública.....	196
12.8.1.	Introdução.....	196
12.8.2.	Impossibilidade – Ação civil pública tendo como objeto pedido declaração de inconstitucionalidade	196
12.8.3.	Possibilidade – Ação civil pública tendo como causa de pedir declaração de inconstitucionalidade.....	196
12.9.	Controle difuso de constitucionalidade exercido pelo Supremo Tribunal Federal	198
12.9.1.	O recurso extraordinário.....	198
12.9.1.1.	Recurso extraordinário e recurso especial interpostos simultaneamente	198
12.9.1.2.	Necessidade de ofensa direta para cabimento de recurso extraordinário.....	200
12.9.1.3.	Desistência de Recursos	201
12.9.1.4.	Necessidade de juntada do acórdão proferido no incidente de inconstitucionalidade para conhecimento do recurso extraordinário	201
12.9.1.5.	Conversão de Embargos de declaração em agravo regimental no caso de RE monocraticamente decidido	203
12.9.1.6.	Comprovação de pagamento do preparo do RE não é peça obrigatória.....	203
12.9.1.7.	Tempestividade do Recurso Extraordinário	203
12.9.1.8.	Hipótese de inadmissão de assistente simples.....	205
12.9.1.9.	Concessão de liminar em ação cautelar, na qual foi atribuído efeito suspensivo a acórdão, sem que recurso extraordinário tivesse sido interposto	206
12.9.1.10.	Possibilidade de declaração incidental de inconstitucionalidade de ofício pelo Supremo Tribunal Federal – O “caso Roriz” e a virada jurisprudencial.....	206

188	12.9.1.11. Rito no Supremo Tribunal Federal.....	210
188	12.9.1.12. O papel do Senado Federal na declaração de	
188	inconstitucionalidade em sede de controle difuso	
	de constitucionalidade	211
189	12.9.1.12.1. A expressão “no todo ou em parte”	212
190	12.9.1.12.2. Efeitos <i>ex tunc</i>	213
190	12.9.1.12.3. Procedimento no Senado Federal de	
190	edição da resolução	214
192	12.9.1.12.4. A ideia de mutação constitucional –	
193	O pensamento de Gilmar Mendes	215
195	12.9.1.12.5. Controle de constitucionalidade sobre	
196	a resolução	217
196	12.9.1.12.6. Impossibilidade – Resolução e decisão	
196	do Supremo Tribunal Federal acerca de	
196	direito pré-constitucional ou aplicações	
196	das técnicas de interpretação conforme	
196	ou declaração parcial de	
196	inconstitucionalidade sem redução	
196	de texto	218
	12.10. A Repercussão geral e o Supremo Tribunal Federal	221
198	12.10.1. Introdução.....	221
198	12.10.2. A relevância social, política, econômica ou jurídica.....	222
198	12.10.3. Possibilidade de apreciação da repercussão geral via questão	
198	de ordem.....	223
200	12.10.4. A exigência de preliminar formal de repercussão geral.....	223
201	12.10.5. Presunção de repercussão geral.....	224
201	12.10.6. A possibilidade das turmas reconhecerem repercussão geral.....	224
201	12.10.7. Questão de ordem no STF sobre matérias com jurisprudência	
201	dominante	225
201	12.10.8. Possibilidade de desistência do <i>leading case</i>	226
203	12.10.9. A escolha do <i>leading case</i> e a nova disposição do Regimento	
203	Interno	227
203	12.10.10. Recurso extraordinário sobrestado e competência para julgar	
203	cautelar visando dar-lhe efeito suspensivo	227
203	12.10.11. Regimes de sobrestamento	228
205	12.10.11.1. Momento	228
206	12.10.11.1.1. A necessidade de distinção quanto aos	
206	recursos que não versem exatamente	
206	quanto ao mesmo tema do <i>leading case</i>	
206	com repercussão geral	228
206	12.10.11.2. Recursos interpostos de acórdãos publicados antes	
206	de 03 de maio de 2007	232

12.10.11.3. O sobrestamento e o Superior Tribunal de Justiça	233
12.10.11.4. Os agravos de instrumento.....	234
12.10.11.5. Conversão de AI em RE	234
12.10.11.6. Questões práticas quanto ao acompanhamento das decisões da repercussão geral	235
12.10.11.7. Qual recurso é cabível em caso de decisão que declara prejudicado RE interposto tendo em vista o julgamento da matéria pelo STF em sede de repercussão geral?	235
12.10.11.8. Incompetência do STF para apreciar ação cautelar que busca a concessão de efeito suspensivo a RE sobrestado na origem, em face do reconhecimento da existência da repercussão geral da questão constitucional nele discutida.....	237
12.10.11.9. A possibilidade de flexibilização da jurisprudência do STF quanto à impossibilidade de a Corte admitir recursos contra a aplicação indevida dos precedentes firmados em repercussão geral	237
12.10.11.10. Embargos de declaração quanto à repercussão geral	239
12.10.11.11. Reautuação do feito quanto inaplicável à sistemática da repercussão geral	240
12.10.11.12. Ação cautelar cujo processo principal versa sobre tema com repercussão geral.....	241
12.10.11.13. Fixação da tese, mesmo que tenha havido a perda do objeto	241
12.10.11.14. Abstrativização do controle difuso de constitucionalidade.....	241
12.10.11.15. Retrocesso quanto à abstrativização do controle difuso de constitucionalidade.....	244
Capítulo 13 – O Plenário Virtual	247
13.1. Apresentação	247
13.2. Procedimento	247
13.2.1. A polêmica possibilidade do julgamento do mérito do RE no Plenário Virtual	249
13.2.2. É cabível a manifestação de <i>amicus curiae</i> no Plenário Virtual?	249
Capítulo 14 – Súmula Vinculante.....	251
14.1. Introdução.....	251
14.2. Necessidade de vinculação às decisões tomadas no controle difuso de constitucionalidade.....	253

14.3. Necessidade de apontar normas determinadas	253
14.4. Necessidade de haver controvérsia atual.....	254
14.5. Participação de interessados	254
14.6. Quórum de aprovação.....	255
14.7. Legitimidade de proposição.....	255
14.8. Classe processual	256
14.9. Tramitação	256
14.10. Eficácia.....	257
14.11. É possível modulação de efeitos em súmula vinculante?	258
14.12. Súmula vinculante tem efeito impeditivo de recurso.....	258
14.13. Efeitos da súmula vinculante quanto aos processos administrativos no âmbito federal	258
14.14. Cabimento de reclamação	259
14.15. Questão superveniente.....	259
14.16. Sustentação oral	260
14.17. Revisão ou cancelamento da súmula vinculante.....	260
14.18. Diferença entre súmula vinculante e súmula não vinculante	261
14.19. Necessidade de observância da súmula vinculante por decisões proferidas antes de sua edição.....	262
14.20. Vedação – Reclamação contra demora no julgamento de recurso que inova súmula vinculante	262
14.21. Súmulas vinculantes aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal.....	262
Capítulo 15 – <i>Amicus Curiae</i> em Controle de Constitucionalidade	267
15.1. Apresentação	267
15.2. Conceito.....	269
15.3. O <i>Amicus Curiae</i> no Direito Comparado	270
15.4. <i>Amicus Curiae</i> como <i>Litigating Amicus</i>	274
15.5. Peter Häberle e a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição.....	280
15.6. <i>Amicus Curiae</i> perante o STF.....	281
15.7. <i>Amicus curiae</i> no controle difuso no Supremo Tribunal Federal.....	283
15.8. Inadmissibilidade de <i>amicus curiae</i>	283
15.9. Até quando é permitido o pedido de ingresso como <i>amicus curiae</i> ?.....	285

15.10. <i>Amicus curiae</i> pode sustentar oralmente?	285
15.10.1. O retrocesso do STJ quanto à sustentação oral do <i>amicus curiae</i>	286
15.11. <i>Amicus curiae</i> e a ausência de legitimidade recursal.....	286
15.12. Risco de Retrocesso quanto ao <i>Amicus Curiae</i> no STF	287
15.13. Procuração e impossibilidade de carga dos autos	289
15.14. O <i>Amicus Curiae</i> como controlador da qualidade do <i>Leading Case</i> escolhido na repercussão geral.....	290
15.15. A participação de <i>amicus curiae</i> nos demais tribunais.....	292
15.16. Conclusão	294
Capítulo 16 – Audiências Públicas – STF	295
16.1. Introdução.....	295
16.2. Audiência pública como diálogo institucional.....	295
16.3. Audiência pública como concretização de uma sociedade aberta dos intérpretes da Constituição.....	295
16.4. Legitimidade para convocação de audiência pública e objeto	297
16.5. Rito da audiência pública	297
16.6. Rejeição de pedido de audiência pública.....	298
16.7. Conclusão	298
Capítulo 17 – Controle Concentrado de Constitucionalidade	299
17.1. Premissas da jurisdição constitucional	299
17.2. O Debate entre Carl Schmitt e Hans Kelsen	300
17.3. A influência do modelo europeu-continental na jurisdição constitucional brasileira.....	306
17.4. O marco deixado pelo Ministro Moreira Alves no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1	306
17.5. Conceito.....	307
17.5.1. Controle: concentrado, abstrato, objetivo, de via de ação, por via principal ou em tese.....	307
17.5.1.1. Controle concentrado	307
17.5.1.2. Controle abstrato ou em tese	308
17.5.1.3. Controle objetivo	308
17.5.1.4. Controle por via de ação ou por via principal	309
17.6. Controle concentrado X Controle difuso.....	309
17.6.1. Precedência do controle concentrado sobre o controle difuso.....	309

17.7.	Desnecessidade de comprovação do interesse de agir.....	310
17.8.	Ações constitucionais do controle concentrado.....	310
17.9.	O Supremo Tribunal Federal como legislador negativo – um dogma que tem sido superado	311
17.10.	Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal próximos à atuação de legislador positivo	312

Capítulo 18 – Ação Direta de Inconstitucionalidade..... 317

18.1.	Introdução.....	317
18.2.	Lei nº 9.868/1999	317
18.3.	Finalidade.....	317
18.4.	Características.....	318
18.5.	Legitimados.....	318
18.5.1.	Legitimados para os quais se dispensa o advogado.....	319
18.5.2.	Legitimados que necessitam de advogado.....	320
18.5.3.	Legitimados a opor embargos de declaração	320
18.5.4.	A representação no Congresso Nacional pelos partidos políticos.....	321
18.5.4.1.	Legitimidade superveniente do partido político	322
18.5.4.2.	Perda da legitimidade superveniente do partido político	322
18.5.4.3.	Momento da aferição da legitimidade do partido político	323
18.5.5.	Legitimidade das associações ou entidades de classe de âmbito nacional e as confederações sindicais.....	323
18.5.5.1.	As associações de associações	324
18.5.5.2.	A ilegitimidade das centrais sindicais	324
18.5.5.3.	Entidade sindical e registro	325
18.5.5.4.	Impossibilidade de comprovação, na mesma ADI, de legitimidade superveniente de associação anteriormente havida como ilegítima	325
18.6.	Pertinência temática.....	326
18.6.1.	Partido político e a desnecessidade de pertinência temática.....	326
18.7.	Objeto.....	327
18.7.1.	Normas constitucionais originárias.....	328
18.7.2.	Disposições da Constituição propriamente ditas (Emendas constitucionais)	328
18.7.3.	Leis ou atos normativos do Distrito Federal	329
18.7.4.	Leis	329
18.7.5.	Tratados internacionais	330

18.7.6.	Resoluções	332
18.7.7.	Decretos do Poder Executivo	333
18.7.8.	Leis estaduais	334
18.7.9.	Medida provisória convertida em Lei	334
18.7.10.	Parecer normativo da Consultoria Geral da República, aprovado pelo Presidente	335
18.7.11.	Controle da Proporcionalidade e da Razoabilidade das Leis	335
18.7.12.	Políticas públicas	337
18.7.13.	Lei orçamentária	338
18.7.14.	Atos de tribunais no exercício de função atípica (administrativa).....	339
18.7.15.	Medidas provisórias que abrem créditos extraordinários.....	339
18.8.	Atos normativos estrategicamente revogados – A Mudança de Posição	340
18.9.	Atos afastados do controle concentrado de constitucionalidade.....	341
18.9.1.	Lei ou ato normativo, federal ou estadual, anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988.....	341
18.9.2.	Lei ou ato normativo municipal.....	342
18.9.3.	Leis ou atos normativos de eficácia exaurida	342
18.9.4.	Medidas provisórias com prazo expirado	342
18.9.5.	Súmulas.....	343
18.9.6.	Convenções coletivas de trabalho.....	343
18.9.7.	Lei que veicula matéria estranha ao enunciado de sua ementa	344
18.9.8.	Atos estatais de efeitos concretos.....	344
18.9.9.	Inconstitucionalidade progressiva	344
18.9.10.	Outros	345
18.9.11.	Parâmetro de controle substancialmente reformado ou revogado – A nova posição do STF	345
18.10.	Inconstitucionalidade por violação de marcos temporais estabelecidos pela Constituição Federal – Ausência de pronúncia de nulidade.....	347
18.11.	Parâmetro de controle	347
18.12.	Princípio do pedido.....	348
18.13.	Causa de pedir aberta	348
18.14.	Inconstitucionalidade consequente/derivada/ por arrastamento	349
18.15.	Petição inicial.....	350
18.16.	Impossibilidade de desistência da ação	351
18.17.	Imprescritibilidade.....	352
18.18.	Pedido de informações	352
18.18.1.	Audiências públicas	353
18.18.2.	Outras informações.....	353

2	18.19. Impossibilidade da intervenção de terceiros.....	354
3	18.19.1. Litisconsórcio	355
4	18.20. A posição do STF quanto à atuação do AGU	355
4	18.21. Atuação do PGR.....	357
5	18.22. Tramitação paralela de ações diretas no tribunal local e no STF	357
5	18.23. Impossibilidade de conexão, dependência ou prevenção	358
7	18.24. Atuação do relator	358
8	18.24.1. A questão do quórum do STF.....	358
9	18.24.2. Quórum de sessão e quórum de julgamento.....	359
9	18.24.3. O Ministro Presidente e a Emenda Regimental nº 35	
0	(caso de empate).....	360
1	18.24.4. A intimação para o julgamento	363
	18.24.5. Suspeição ou impedimento	363
1	18.25. Procuração de advogado de Governador especialmente habilitado.....	367
2	18.26. Procedimento de análise de pedido cautelar	367
2	18.26.1. Concessão monocrática de cautelar em ADI e vedação	
2	à usucapião da legalidade.....	369
3	18.26.2. Eficácia da medida cautelar concedida	370
3	18.26.3. Efeito repristinatório da cautelar	372
4	18.26.4. Cautelar e não vinculação do Poder Legislativo	372
4	18.27. Natureza dúplice ou ambivalente	373
5	18.28. Regra: Efeitos <i>Ex Tunc</i>	374
5	18.29. Efeitos para o Poder Legislativo – Vedação à fossilização da Constituição....	374
7	18.30. Efeito repristinatório da declaração de inconstitucionalidade em sede	
7	de controle concentrado	375
8	18.31. Eficácia repristinatória e necessidade de	
8	impugnar os atos normativos, que, embora revogados, exteriorizem	
8	os mesmos vícios de inconstitucionalidade que inquinam a legislação	
8	revogadora	376
9	18.32. Não cabimento de recursos e início do efeito da decisão	377
0	Capítulo 19 – Ação Declaratória de Constitucionalidade	379
1	19.1. Introdução.....	379
2	19.1.1. Presunção de constitucionalidade das leis	379
2	19.1.2. Segurança jurídica	380
3	19.2. Requisito de admissibilidade.....	380
3	19.3. Pedido de informações aos órgãos elaboradores da norma.....	381

19.4. Medida cautelar	381
19.4.1. O prazo estabelecido para eficácia da medida cautelar	382
19.5. Não atuação do Advogado-Geral da União	382
19.6. Recomendação	382
19.7. ADI = ADC	383
19.8. ADI ≠ ADC	384

Capítulo 20 – Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão – ADO 385

20.1. Introdução	385
20.2. A Lei nº 12.063, de 27 de outubro de 2009	388
20.3. Legitimidade ativa	388
20.4. Legitimação passiva	390
20.5. Objeto	391
20.6. Necessidade de abuso na mora	392
20.7. Possibilidade – ADO e perda superveniente do objeto	392
20.8. Possibilidade – ADO e cumulação de pedidos (Inconstitucionalidade por Ação e por Omissão)	393
20.9. Vedação – ADO e declaração de autoaplicabilidade de norma constitucional	393
20.10. Vedação – ADO e dispositivo constitucional autoaplicável	394
20.11. Vedação – ADO e prática de ato administrativo concreto	394
20.12. Vedação – ADO e conversão em Mandado de Injunção	394
20.13. Vedação – Ação Popular substituir ADO	395
20.14. Competência	395
20.15. ADO nas Constituições Estaduais	395
20.16. A desnecessidade de atuação do Advogado-Geral da União	396
20.17. O Procurador-Geral da República	397
20.18. Prazo	397
20.19. Rito e petição inicial	397
20.20. A concessão de medida cautelar	398
20.21. Os efeitos da decisão na ADO	399
20.21.1. Omissão inconstitucional e modulação de efeitos	401
20.22. A omissão inconstitucional e o Supremo Tribunal Federal	402
20.23. Suspensão dos processos	405
20.24. Marco temporal a partir do qual a decisão do Supremo Tribunal Federal gera efeitos	405

Capítulo 21 – Mandado de Injunção	407
21.1. Considerações gerais.....	407
21.2. Legitimidade passiva.....	408
21.3. A reparação de danos causados pela omissão inconstitucional.....	408
21.4. A autoaplicabilidade do mandado de injunção.....	409
21.5. Perda superveniente de objeto.....	409
21.6. Vedação – Mandado de Injunção e controle concentrado de constitucionalidade.....	409
21.7. Vedação – Mandado de Injunção e ato concreto.....	409
21.8. Vedação – Mandado de Injunção como substituto de Mandado de Segurança.....	409
21.9. Vedação – MI e tipificação do crime de responsabilidade.....	410
21.10. Vedação – Agravo regimental contra despacho que indefere pedido de liminar em MI.....	410
21.11. Vedação – MI e Lei regulamentadora de Direito Constitucional.....	410
21.12. Legitimidade Ativa.....	410
21.12.1. Possibilidade – Mandado de Injunção coletivo.....	411
21.12.2. Critério para constatação da mora.....	411
21.12.3. Legitimidade do Ministério Público.....	412
21.12.4. Legitimidade passiva.....	413
21.13. Cautelar.....	413
21.14. Competência.....	414
21.15. Mandado de Injunção e Diálogo com o Legislativo.....	414
21.15.1. MI contra Ministério do Trabalho.....	414
21.15.2. MI contra Autarquia Federal.....	415
21.15.3. MI contra Ministro de Estado.....	415
21.15.4. MI contra TJDFT.....	415
21.15.5. MI contra DNOCS.....	415
21.16. MI nas Constituições estaduais.....	416
21.17. Os efeitos das decisões proferidas na ADO e no MI.....	416
21.18. Efeitos do MI.....	417
Capítulo 22 – Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva	423
22.1. A Federação Brasileira.....	423
22.2. Intervenção.....	428
22.2.1. Introdução.....	428
22.2.2. ADI interventiva federal (ou representação interventiva).....	429

22.2.3.	Excepcionalidade	431
22.2.4.	Objeto	432
22.2.5.	Competência	432
22.2.6.	Legitimidade	432
22.3.	A natureza jurídica da ADI Interventiva (ou Representação Interventiva).....	433
22.4.	Representação e atos concretos – O caso Mato Grosso	434
22.5.	Procedimento da representação interventiva segundo o Regimento Interno do STF.....	434
22.6.	Cautelar na representação	436
22.7.	<i>Amicus curiae</i>	436
22.8.	Decisão.....	437
22.9.	Decreto interventivo e controle jurisdicional.....	440
22.9.1.	O caso da intervenção federal no DF	441
22.10.	A Chacina de Matupá	442
22.10.1.	Os Fatos	442
22.10.2.	A importância da democracia.....	444
22.10.3.	Prazeres perversos.....	445
22.10.4.	Resolvendo o caso à luz da teoria da felicidade.....	445
22.10.5.	Custos não computados	446
22.11.	ADI Interventiva Estadual	447
22.11.1.	Objeto.....	447
22.11.2.	Exceção.....	447
22.11.3.	Excepcionalidade	447
22.11.4.	Competência	447
22.11.5.	Legitimidade	448
22.11.6.	Procedimento da ADI Interventiva Estadual.....	448
Capítulo 23 – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF.....		449
23.1.	ADPF – Uma novidade no controle concentrado de constitucionalidade.....	449
23.2.	A ideia da ADPF.....	450
23.3.	Amparo constitucional	451
23.4.	Norma constitucional de eficácia limitada.....	451
23.5.	A Lei nº 9.882/1999.....	452
23.6.	Modalidades de ADPF	453
23.6.1.	ADPF – Características centrais.....	454
23.6.2.	ADPF autônoma.....	454
23.6.3.	ADPF incidental	456

23.7.	Definição acerca do que seria preceito fundamental	458
23.8.	Objeto da ADPF e conteúdo do pedido	460
23.9.	Legitimidade	461
23.10.	Dificuldades eventuais na delimitação do objeto.....	461
23.11.	Vedação – ADPF contra veto do Poder Executivo.....	462
23.12.	Vedação – ADPF contra súmula	462
23.13.	Vedação – ADPF e pedido de curatela de nascituro	462
23.14.	Vedação – ADPF contra coisa julgada.....	463
23.15.	Petição inicial.....	463
23.16.	Atuação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República.....	464
23.17.	<i>Amicus curiae</i>	464
23.18.	Subsidiariedade da ADPF	466
23.19.	Medida liminar	467
23.20.	Decisão.....	468
23.21.	Modulação de efeitos.....	470
23.22.	Decisão em ADPF e reclamação	471
23.23.	Possibilidade – Conversão de ADPF em ADI	472
Capítulo 24 – Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade		475
24.1.	O plano de existência, de validade e de eficácia da norma.....	475
24.2.	Modelo norte-americano (nulidade) X Modelo austríaco (anulabilidade)	476
24.2.1.	O modelo norte-americano – John Marshall (nulidade)	476
24.2.2.	O modelo austríaco – Hans Kelsen (anulabilidade).....	476
24.2.3.	O modelo brasileiro.....	478
Capítulo 25 – Doutrina Prospectiva – Modulação de Efeitos.....		479
25.1.	Doutrina prospectiva – Modulação de efeitos	479
25.2.	Estados Unidos da América	480
25.3.	Áustria.....	483
25.4.	Espanha.....	483
25.5.	Itália	483
25.6.	Portugal	484
25.7.	Alemanha.....	485
25.8.	França.....	485

25.9.	Brasil.....	486
25.9.1.	Previsão legal.....	486
25.9.2.	O caráter bifásico do julgamento.....	488
25.9.3.	Embargos de declaração e modulação de efeitos – Exceção à regra	488
25.9.4.	Modulação, pelo Supremo, tanto em controle concentrado como em controle difuso	489
25.9.5.	Modulação de efeitos em controle difuso de constitucionalidade em razão da declaração de inconstitucionalidade de lei	490
25.9.6.	Modulação de efeitos em controle difuso de constitucionalidade em razão de virada jurisprudencial	491
25.9.7.	Modulação de efeitos em controle concentrado de constitucionalidade em razão de excepcional interesse social.....	492
25.9.8.	Modulação de efeitos por juízes e tribunais em sede de controle difuso.....	492
25.9.9.	Modulação de efeitos sobre juízo de revogação	493
25.10.	Eficácia da declaração de inconstitucionalidade e os atos singulares praticados.....	493
Capítulo 26 – Reclamação		495
26.1.	Nota histórica	495
26.2.	Construção jurisprudencial	496
26.3.	Legitimidade	496
26.4.	Causa de pedir aberta	497
26.5.	Natureza jurídica.....	497
26.6.	Objeto	498
26.7.	Possibilidade – Reclamação contra declaração incidental de inconstitucionalidade em ação civil pública com efeitos <i>erga omnes</i>	499
26.8.	Possibilidade – Reclamação contra suspensão de exigibilidade de lei concedida por meio de concessão de liminar em mandado de segurança	499
26.9.	Possibilidade – Reclamação contra desobediência à decisão do Supremo Tribunal Federal em sede de concessão de medida cautelar em ADI ou ADC	499
26.10.	Possibilidade – Reclamação contra desobediência à decisão do Supremo Tribunal Federal em sede de suspensão de segurança.....	500
26.11.	Possibilidade – Reclamação contra decisão baseada em lei de conteúdo idêntico à lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado.....	501

26.12. Possibilidade – Reclamação contra decisão que desrespeita, em sede de ação rescisória, posições do STF	502
26.13. Possibilidade – Reclamação contra decisão que usurpa a competência originária do STF.....	503
26.14. Possibilidade – Reclamação para alteração de posição do STF firmada em sede de ADI.....	503
26.15. Vedação – Reclamação contra declaração incidental de inconstitucionalidade.....	504
26.16. Vedação – Reclamação como sucedâneo de ação rescisória	504
26.17. Vedação – Reclamação contra descumprimento de súmula vinculante praticado pela Administração antes do esgotamento das vias administrativas	505
26.18. Pressuposto negativo de admissibilidade – Inocorrência de trânsito em julgado.....	506
26.19. Vedação – Reclamação como instrumento processual de supressão de instância.....	506
26.20. Vedação – Contra sanção a projeto de Lei contrário à jurisprudência do STF	507
26.21. Competência – Plenário do Supremo Tribunal Federal.....	508
26.22. Preparo.....	508
26.23. Instrução da reclamação.....	508
26.24. Inépcia da inicial.....	509
26.25. Distribuição e relatoria.....	510
26.26. Informações.....	510
26.27. Liminar	510
26.28. Impugnação da reclamação	510
26.29. Vista ao PGR	511
26.30. Decisão.....	511
26.31. Teoria da transcendência dos motivos determinantes.....	511
26.31.1. Análise, em sede de reclamação, da constitucionalidade de lei de teor idêntico ou semelhante à lei que já foi objeto de controle concentrado de constitucionalidade – O pensamento de Gilmar Mendes	513
26.32. Possibilidade – A Reclamação nos Estados-membros	515
26.33. Reclamação e ação civil pública.....	516

Capítulo 27 - O Controle Concentrado de Constitucionalidade nos Estados.....	517
27.1. Introdução.....	517
27.2. ADC, ADO, ADPF Estaduais	517
27.3. Legitimidade	519
27.4. Competência.....	520
27.5. Possibilidade - Paralisação da RI perante o TJ, prevalência da ADI perante o Supremo	520
27.6. Possibilidade - Paralisação da RI perante o TJ, prevalência da ADI perante o Supremo e concessão, nesta ADI, de medida liminar suspendendo a eficácia da norma impugnada	520
27.7. Tribunal de Justiça e atuação de ofício em controle difuso	521
27.8. Recurso extraordinário e norma de reprodução obrigatória	522
27.9. Simultaneidade de ações diretas.....	526
27.10. Controle exercido pelo TJ de lei municipal tendo como parâmetro a Constituição Federal.....	532
27.11. Doutrina - Normas estaduais que reproduzem, formal ou materialmente, princípios constitucionais federais obrigatórios para todos os níveis de governo na federação	532
27.12. A necessidade de que o modelo de controle concentrado estadual se assemelhe ao controle concentrado federal	533
27.13. Desnecessidade de encaminhamento à Casa Legislativa para eficácia <i>erga omnes</i>	533
27.14. Normas constitucionais estaduais remissivas à Constituição Federal - Possibilidade	534
27.15. Inexistência de Controle Concentrado tendo como parâmetro de controle Lei Orgânica do Município	535
Considerações Finais	539
Bibliografia	541